

Expansão urbana em áreas de proteção ambiental: um estudo sobre os conflitos socioambientais na cidade de São Luís-MA.

Joallysson Bayma, Aérica Malheiros, Nadloyd Moraes y Brenda Caldas.

Cita:

Joallysson Bayma, Aérica Malheiros, Nadloyd Moraes y Brenda Caldas (2017). *Expansão urbana em áreas de proteção ambiental: um estudo sobre os conflitos socioambientais na cidade de São Luís-MA. XXXI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2645>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

EXPANSÃO URBANA EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA

Joallysson Desterro Bayma

joallysson.bayma@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

Brasil

Aerica Souza Malheiros

aericamalheiros@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

Brasil

Nadloyd da Conceição Pinheiro Moraes

nadyloide@hotmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

Brasil

Brenda Caldas Sousa

caldas.brenda94@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

A discussão das questões socioambientais reconhece a importância dos diversos conhecimentos para a conservação ambiental e continuidade social da humanidade. Sobre esta perspectiva, se destaca a relação entre o urbano e o ambiente, os laços entre os sujeitos e locais de vivências, as transformações dos espaços como consequência de conflitos socioambientais que apontam as diferentes representações sobre natureza e disputam legitimidade. O problema ambiental ou mais especificamente, o conflito socioambiental, não pode ser visto apenas sob a ótica do uso dos recursos naturais, pois, aparta a sociedade da natureza e contribui para a manutenção da dicotomia humanidade/natureza. A noção de conflito apresenta à ideia de apropriação e uso dos recursos naturais. No caso das áreas protegidas e consideradas de risco, os conflitos socioambientais resultariam da disputa envolvendo diferentes agentes pela apropriação e uso de determinados espaços e recursos, protegidos pela legislação ambiental. Essa perspectiva privilegia apenas a ótica econômica, deixando de fora a dimensão subjetiva. As “práticas sociais” resultam de uma representação do mundo, onde as dimensões materiais e simbólicas estão intrinsecamente relacionadas. Os sujeitos e grupos envolvidos no problema ambiental possuem diferentes interesses e representações de mundo, mais especificamente de meio ambientes (ACSELRAD, 2004) e muitas vezes antagônicas. Na tentativa de compreender essa relação conflituosa, na cidade de São Luís, capital do Maranhão, desenvolveu-se um trabalho de pesquisa para a identificação das APAS (Áreas de Proteção Ambiental), bem como, dos sujeitos que se apresentam, enquanto, comunidades, empreendimentos imobiliários e poder público, percebendo-se que os mesmos possuem potencialidades nos conflitos socioambientais, pois se leva em conta a forma como se vem efetuando não apenas a apropriação e o uso dos recursos presentes nesses espaços, mas também as diferentes representações sobre a cidade e o meio ambiente dos sujeitos envolvidos em tais processos. O crescimento populacional, as quase extintas áreas para moradia e os grandes empreendimentos imobiliários com um custo elevado para populações de baixa renda levam a ocupação das áreas de proteção ambiental-APAS. Dessa maneira a pesquisa busca identificar as áreas de proteção ambiental na cidade de São Luís- MA e identificar os sujeitos e conflitos existentes. Tais sujeitos podem ser desde moradores que são retirados destas áreas e que geralmente são de baixa renda, os grandes empresários com seus empreendimentos imobiliários como shoppings e condomínios de luxo, e o poder público. Nessas condições, se analisou o envolvimento de diferentes sujeitos em conflitos e se buscou compreender o processo de apropriação das áreas de proteção ambiental na cidade de São Luís.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The discussion of socio-environmental issues recognizes the importance of diverse knowledge for the environmental conservation and social continuity of humanity. From this perspective, the relationship between the urban and the environment, the bonds between the subjects and places of life, the transformations of spaces as a consequence of social and environmental conflicts that point out the different representations about nature and dispute legitimacy are highlighted. The environmental problem, or more specifically, the socio-environmental conflict, can not be seen only from the point of view of the use of natural resources, since it separates society from nature and contributes to the maintenance of the dichotomy of humanity / nature. The notion of conflict presents the idea of appropriation and use of natural resources. In the case of protected areas and considered at risk, socio-environmental conflicts would result from the dispute involving different agents for the appropriation and use of certain spaces and resources, protected by environmental legislation. This perspective privileges only the economic perspective, leaving out the subjective dimension. "Social practices" result from a representation of the world, where the material and symbolic dimensions are intrinsically related. The subjects and groups involved in the environmental problem have different interests and representations of the world, more specifically of environments (ACSELRAD, 2004) and often antagonistic. In an attempt to understand this conflictive relationship, a research work was carried out in the city of São Luís, capital of Maranhão, to identify the APAS (Environmental Protection Areas), as well as the subjects that present themselves, Real estate ventures and public power, and it can be seen that they have potentialities in the socio-environmental conflicts, since it takes into account the way in which not only the appropriation and use of the resources present in these spaces has been carried out, but also the different representations about the city And the environment of the subjects involved in such processes. Population growth, the almost extinct housing areas, and large housing developments with a high cost for low-income populations lead to occupancy of the APAS environmental protection areas. In this way the research seeks to identify the areas of environmental protection in the city of São Luís-MA and to identify the existing subjects and conflicts. Such subjects may range from residents who are drawn from these areas and who are generally low-income, large entrepreneurs with their real estate ventures like malls and luxury condominiums, and public power. Under these conditions, it was analyzed the involvement of different subjects in conflicts and sought to understand the process of appropriation of the areas of environmental protection in the city of São Luis.

Palabras clave

Cidade. Sujeitos. Áreas de Proteção Ambientais.

Keywords

City. Subjects. Environmental Protection Areas.



I. Introducción

A natureza como parte do processo de formação dos espaços construídos pode ser percebida como meio necessário para a construção da cidade, que é um produto da interação do que é natural com o que é construído através da ação humana (WHITEHEAD, 1993). As representações se comportam como um instrumento que atribuem as diferentes áreas da cidade valores e usos diversos, que se expressam nos discursos e atitudes daqueles que estão se relacionando com o espaço, desenvolvendo uma articulação entre o que é pensando e o que é realizado, processo esse, que envolve um recorte de espaço e tempo. O conceito de natureza, como também o de cidade possui suas variações, mas dentro do procedimento de análise da expansão urbana em áreas naturais a relação cidade e natureza não podem ser percebidas como algo externo as ações exercidas em sociedade.

As Áreas de Proteção Ambientais (APAS) fazem parte de uma concepção de conservação da natureza, que no Brasil é pontuada pela Lei n. 9985/00, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essas áreas são espaços inseridos dentro de uma categoria denominada de Unidade de Conservação de Uso Sustentável e que dentre as suas características particulares permitem a interação com as atividades de moradia, pesquisa, visitação, lazer e outros. As Áreas de Proteção Ambientais da cidade de São Luís estão dentro desta perspectiva, e para além dos usos autorizados legalmente, estes espaços apresentam usos mais evidenciados e processos de formação distintos, e embora sejam locais de conservação ambiental há determinados trechos destas áreas que fogem aos escritos legais, e que denotam uma determinada disparidade com o conceito que concebe estas áreas de proteção.

É importante destacar que a cidade de São Luís dispõe atualmente de três Áreas de Proteção Ambiental, que ao serem analisadas e acompanhadas pela pesquisa foram sendo percebidas como espaços com interesses diversos, tratam-se das Áreas de proteção Ambiental do Itapiracó, Maracanã e Lagoa da Jansen. E sobre o objetivo de refletir sobre os conflitos socioambientais decorrentes da expansão urbana em áreas de proteção ambiental, a pesquisa identificou as Unidades de Conservação da cidade de São Luís, e os sujeitos e conflitos derivados dos diferentes usos dessas áreas. O presente trabalho é resultado de um estudo concluído e que compreende que a cidade é um



espaço de dinâmicas humanas, e essas mesmas dinâmicas trazem consigo representações que orientam as transformações no planejamento urbano. As mudanças nos espaços da cidade inferem nas mudanças sobre os usos e alteram as práticas dos cidadãos, mas esse processo também contém em si disputas simbólicas (BOURDIEU, 1989), pois ao se transformar os espaços e suas dinâmicas podem surgir novos usos, ou haver a ressignificação de práticas que já são realizadas. O espaço da cidade se torna não só um produto construído pelas representações que tomam forma em seus processos de mudança, mas também um objeto de disputa por aqueles que a constroem e lhe atribuem significados indispensáveis para a reprodução de um estilo de vida.

II. Marco teórico/marco conceptual

A relação entre cidade e natureza pode ser considerada como multifacetada e suas características podem comportar significados que se tornam próprios para os sujeitos que constroem relações a partir dos lugares em que matem suas práticas de vida (LEFEBVRE, 1991). Esse modo de operar sobre o espaço e transformá-lo é uma expressão de compreensão da realidade social dos sujeitos, e que participa da realidade a partir do desempenho de ações que transformem o espaço em função de interesses econômicos ou sociais. Mas é interessante dizer que a natureza nesse processo não é concebida como parte estática, pois as transformações que ocorrem retornam aos sujeitos quando lhes impele algum tipo de mudança em suas práticas cotidianas.

O planejamento dos espaços sociais não implica somente em elaboração de estruturas e equipamentos urbanos, mas na construção de usos e de relações que os sujeitos possam ter com os espaços construídos (LIMA, 2008), sendo assim, as características de organização do espaço estão para além de uma lógica técnica, o que significa dizer que a construção ou transformações em um ambiente que comporta a vida social, esta pautada em possíveis disputas de representações que objetivam a legitimidade no processo de construção dos espaços da cidade. A reflexão sobre a construção da cidade e suas relações com a natureza se torna algo de relevância a partir da perspectiva de que sobre a construção da cidade existe uma exigência, a de que esse ambiente construído sirva aos seus cidadãos e permita sua autonomia própria, nesse processo se posiciona o conceito de “poder político comunitário local” (ACSELRAD, 2009), que aponta que a participação dos sujeitos e as



relações que são mantidas nos espaços da cidade tem importância dentro do seu processo de planejamento e organização. O planejamento das cidades devem levar em consideração as atividades urbano-industriais (SANTOS, 2005), e associa-las as formas de sustentação da cidade, o que significa pensar na questão dos espaços ambientais agregadas a construção do urbano, pois, a manutenção do ambiente construído e das dinâmicas sociais de vida está vinculada a condição da natureza como meio necessário para a formação das cidades (LEFF, 2004). Sendo assim, o planejamento pode ser intenso instrumento de transformações dos espaços, mas sua validade se torna tanto mais eficiente sobre a ótica social, se este instrumento for suficientemente democratizado. Neste sentido, as funcionalidades de um planejamento ganha maior dimensão se discutido com os que desempenham suas atividades e empregam valores aos espaços por meio de seus usos e representações significativamente construídas.

É preciso destacar que a participação na construção ou transformação dos espaços, exige dos sujeitos certo engajamento político (MARICATO, 2015), pois desta maneira a responsabilidade governamental teria de considerar, ainda que forçosamente, o planejamento dos espaços de modo coletivo, em detrimento da forma privado de planejar o espaço. Em outras palavras, o ato de planejar implica também na análise das aspirações da comunidade ou população que mantém relações diretas ou indiretas com o espaço construído, com o intuito de reduzir a impessoalidade e a artificialidade da utilização para aqueles que necessitam dele para a manutenção de suas práticas sociais. A questão ambiental se insere no urbano sobre dois principais aspectos, o primeiro se relaciona a grupos sociais com preocupações relativas ao uso do espaço urbano, a ocupação territorial, e a incorporação de grandes atividades industriais, o segundo refere-se a uma preocupação de agências internacionais sobre a chamada “qualidade ambiental da vida urbana” (ACSELRAD, 2004). É interessante observar que dentre algumas características que esses dois aspectos de inserção da temática ambiental possam possuir em comum, o principal ponto compartilhado seria a incerteza do futuro no que se refere à permanência ou continuidade das cidades, uma vez que estas comportam não somente grandes atividades do âmbito industrial, como uma série de práticas de reprodução social que lhe são características. Nessa conjuntura o conceito de sustentabilidade adquiriu importância pela crença de que a mesma pode orientar a ideia de progresso (LEFF, 2002), então se essa noção é o ponto de partida



para o controle das transformações, os que deterem o seu sentido tomado como verdade, tem fortes possibilidades de sobre esse sentido justificar suas decisões.

A cidade e a natureza podem ser percebidas como híbridas no sentido de que suas relações estão presentes em todos os locais que possa existir a possibilidade de ação humana, o que torna essa relação profunda e indissociável. A natureza participa da cidade e a cidade se apresenta a natureza como forma ampla de interação humana com o ambiente que lhe permite manter seus modos de vida, e a reprodução das características sociais de existência. A cidade envolve os tempos de criação humana e o tempo de recuperação que a natureza necessita para a reprodução de seus ciclos e mudanças, por esse motivo a elaboração, reflexão e o planejamento das cidades envolve a questão da natureza, e articula seus elementos para permitir a continuidade da cidade (Swyngedouw, 2009). Assim os aspectos envolvidos na produção da cidade e natureza, se vinculam a elementos como o modo de produção, as relações sociais, as representações e as práticas simbólicas, a cidade condensa em seu próprio processo de construção e de transformações as diferentes variáveis que lhe conferem a condição de produção duplamente qualificada, de um lado pela ação e capacidade de transformação humana, e de outro, pela participação da natureza na interação com essas próprias ações. Sobre a perspectiva de que cidade resulta dessa conexão com a natureza, em que a ação humana e suas relações são participativas e consistem elementos de transformação do espaço, se analisa a cidade de São Luís e seu atual processo de expansão urbana, através da identificação dos sujeitos e de suas representações ligadas aos espaços de conservação ambientais.



III. Metodologia

A pesquisa se desenvolveu através de procedimentos que consistiam em identificar os espaços de conservação de uso sustentável na cidade de São Luís, relacionando-os aos seus usos e identificando as transformações urbanas e as representações de construção de cidade e natureza que possuem os sujeitos que se relacionam a estas áreas. Esses elementos metodológicos são seguidos de análise dos usos e do discurso que em parte expressam a representação que os sujeitos possuem da relação cidade e natureza, e das transformações que ocorrem nos espaços ambientais, esses usos e discursos podem além de expressar as representações, inferir mudanças sobre esses espaços, caracterizando o processo de expansão urbana presente em São Luís.

As áreas ambientais de uso sustentável, por serem espaços em que se percebem o desenvolver de práticas diárias e relações entre diferentes sujeitos que colaboram para a construção da cidade e sua relação com o ambiente, se tornam interessantes áreas para a visualização das relações que podem ser construídas entre sujeitos e o espaço. Acrescentasse à categoria de áreas de uso sustentável a permissão legal que autoriza a manutenção de relações entre as atividades humanas e a natureza.

A metodologia valeu-se da abordagem qualitativa, inscrevendo-se em uma perspectiva dialética, utilizando-se ainda de coleta de informações, de observação in loco, e de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que se relacionam as áreas, o que possibilitou a análise das transformações urbanas e das representações que existem sobre as áreas de conservação, a partir dos sujeitos que mantem relações com esses locais. Esta pesquisa refletiu sobre o processo de produção das áreas verdes dentro do planejamento urbano da cidade de São Luís, identificado as transformações urbanas e as representações como elementos que participam da produção dessas áreas.



IV. Análisis y discusión de datos

As áreas de proteção ambiental em São Luís se dispõem em espacialidades diferentes da cidade, e embora seus aspectos apresentem semelhanças, suas particularidades evidenciam as diferentes práticas exercidas pelos sujeitos nesses locais de proteção ambiental, assim no território pertencente à cidade de São Luís se encontram três Áreas de Proteção Ambiental, são estas áreas, a APA do Itapiracó, do Maracanã e da Lagoa da Jansen. Em pesquisas de campo algumas características foram sendo observadas e associadas com as informações coletadas junto aos órgãos responsáveis e as comunidades que residem próximo ou nestes espaços.

Área de Proteção Ambiental do Maracanã

A APA do Maracanã é uma área de considerável extensão, essa APA encontra-se próxima ao distrito industrial da cidade, e é considerada uma tentativa viva de controle da expansão do distrito, o que ressalta a funcionalidade do sistema de unidade de conservação e de certa forma indica a lógica que atribui sentido a sua elaboração, que neste caso específico seria a contenção da atividade industrial, uma vez que, a lógica produtiva não apreende orientações que captam a natureza como parte respeitosa do próprio processo de produção. A APA é um importante reservatório de recarga e descarga do aquífero Barreiras da sub-bacia do Maracanã, e a relação entre a comunidade e esse espaço de proteção ambiental é demarcada em grande parte pelos usos que a população atribui à área, dentre esses usos, destacam-se a tradicional Festa da Juçara, que tem como principal produto a juçara que passa pelo processo de produção para ser servida na hora. A juçara que é extraída da própria APA, como ilustra a figura 01, é o produto gerador da festa que é realizada nos meses de outubro a novembro e é organizada pela Associação dos Amigos do Parque da Juçara, a partir dessa atividade realizada anualmente a comunidade produz renda, e reafirma o elo que existe entre o local e a construção da identidade dos sujeitos.



Figura 01- Juçara com Camarão



Fonte: Cartilha Bacia do Maracanã, 2011, p. 13

Os usos culturais desta APA se apresentam também nas festas de bumba meu boi, que remete ao pagamento de promessas religiosas, essa festa é uma das mais antigas da comunidade, sendo conhecida por toda a cidade por meio de figuras como a do falecido senhor Humberto do Maracanã, antes mestre de toadas do boi do Maracanã, conforme figura 02. Neste contexto de uso cultural do espaço da APA se encontram também festejos como a Festa dos Reis e a Festa do Divino que assim como o bumba meu boi se relaciona ao contexto religioso exercido pela comunidade em suas práticas tradicionais. Alguns outros usos são o extrativismo vegetal e o cultivo de palmeiras de juçarais, a coleta de sementes para artesanato, e o cultivo de algumas hortaliças e flores ornamentais para comercialização.



Figura 02- Festa do Bumba Meu Boi do Maracanã



Fonte: <https://www.google.com.br>> acesso em maio de 2017.

Na APA do Maracanã, ocorre um processo de implantação do projeto do governo federal “Minha casa, minha vida”, conforme apresenta figura 03, e se observa uma espécie de reconfiguração da área de proteção, o que de certa forma, dicotomizou o espaço, podendo se visualizar de um lado a chegada de novos moradores com expectativas de transformações das suas condições de moradia e do outro uma parte da comunidade do maracanã que já vive no lugar e possui práticas e usos bem estabelecidos. Assim se observa por parte dos recentes moradores certa satisfação pela aquisição da casa própria, ainda que estes possam reclamar pela ausência de serviços como o de educação, segurança e saúde, mais próximos do bairro, e por parte dos moradores que estão no maracanã há mais tempo, às reivindicações são de que a implantação do projeto do governo alterou a forma de vida da comunidade, pois afirmam que houve uma elevação na criminalidade e alterações na conservação natural da área de proteção, os maracanaenses estabelecidos argumentam que se antes a



comunidade não tinha estrutura agora com o aumento populacional os serviços, além de serem melhorados, terão de ser ampliados.

Figura 03- Casas do Residencial Amendoeiras.



Fonte: Joallysson Bayma, Grupo Cidade, Território e Meio Ambiente. (CITEMA)

Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen

A APA da Lagoa da Jansen é dentre as três APAS que se tem em São Luís, a que fica mais próximas ao centro da cidade, essa proximidade e seus aspectos naturais faz com esse seja um espaço que mescla uma mínima tranquilidade e um bom posicionamento em relação a serviços cruciais, tais como, transporte, comércios, órgãos governamentais, áreas de lazer e facilidade de acesso a centros culturais. Esses dois fatores, localização e tranquilidade transmitida pelos aspectos naturais, despertam o interesse imobiliário e fazem com que haja neste espaço uma produção que pauta-se em uma lógica mercadológica e capital. Neste caso, o aspecto da localização e sua influência sobre o acesso a determinados espaços da cidade designam ou aparentam designar um estilo de vida para uma



determinada classe social, trata-se de uma racionalidade que produz os ambientes citadinos a partir da funcionalidade que cada local possa apresentar, que de certa forma, produz um desenho de cidade que demarque espaços próprios para diferentes classes sociais, e que gera um processo de estratificação, nesse processo a utilização do espaço é principalmente demarcada pelo poder de consumo, presente desde o ato de se alimentar até o ato de adquirir ou residir nesses espaços.

A Lagoa da Jansen foi decretada como APA no ano de 2012, antes era classificada legalmente como Parque Estadual, essa transformação deslocou legalmente a Lagoa da Jansen da categoria de Unidade de Proteção Integral para a de Unidade de Uso Sustentável, o que significa que os recursos naturais devem ser conservados, mas se ampliam as possibilidades de uso desses recursos, característica que até certo ponto é favorável para a intensa especulação que é exercida sobre este local. Dentre os usos mais visíveis do espaço da APA podem ser destacados o lazer e as práticas esportivas, a APA é ponto de encontro de famílias para piqueniques e caminhadas e de grupos de jovens que utilizam o espaço para manterem diálogos e praticarem atividades físicas. Este espaço é também cenário de eventos promovidos pelo governo e shows musicais de diferentes estilos, seu uso no período de festas na cidade se intensifica, sendo lugar de práticas populares como danças do período de festas carnavalescas, juninas e em passagens de ano.

Nas proximidades da Lagoa se percebe a presença de forte crescimento vertical, como ilustra figura 04, pois há prédios com apartamentos e condomínios, e uma considerável quantidade de lanchonetes, bares e restaurantes que atraem não somente pessoas da cidade, mas também turistas. Deste modo, a APA da Lagoa da Jansen concentra os usos de habitação, lazer, atividades esportivas, entretenimento e ponto turístico da cidade. Mesmo apresentado esses usos a APA apresenta problemas de infraestrutura com esgoto, asfalto, passarelas, equipamentos da praça principal e com a constante poluição das águas de sua laguna. Os moradores das proximidades e da APA possuem reclamações sobre a estrutura e a segurança do local, dentre os aspectos dessa APA é interessante destacar como os usos que constroem as ideias sobre a APA se apoiam nas propriedades naturais que esse espaço possui, promovendo no espaço desta APA um interessante ponto de encontro, como uma unidade de lazer da cidade, que favorece as atividades sociais e atribui à cidade um espaço de valor cênico.



Figura 04- Crescimento Vertical na APA da Lagoa da Jansen



Fonte: Joallysson Bayma, Grupo Cidade, Território e Meio Ambiente. (CITEMA)

Área de Proteção Ambiental do Itapiracó

A APA do Itapiracó sobre gestão da SEMA (Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais) apresenta uma considerável extensão de conservação dos elementos naturais, é uma área de proteção que conta com a presença de um batalhão ambiental responsável pela constante averiguação do espaço. Em seu entorno existem cerca de oito bairros, o que faz com essa área seja observada como um espaço de forte pressão urbana, dentre esses bairros do entorno pode-se dizer que os que costumam manter relações mais diretas são os bairros do Ipem Turu, Cohatrac, Chácaras do Itapiracó e os assentamentos Terra Livre e Canudos, como pode ser observado na figura 05, que aponta os bairros do entorno imediato da APA do Itapiracó e evidencia os que exercem maior pressão de crescimento em direção a Unidade de Conservação.



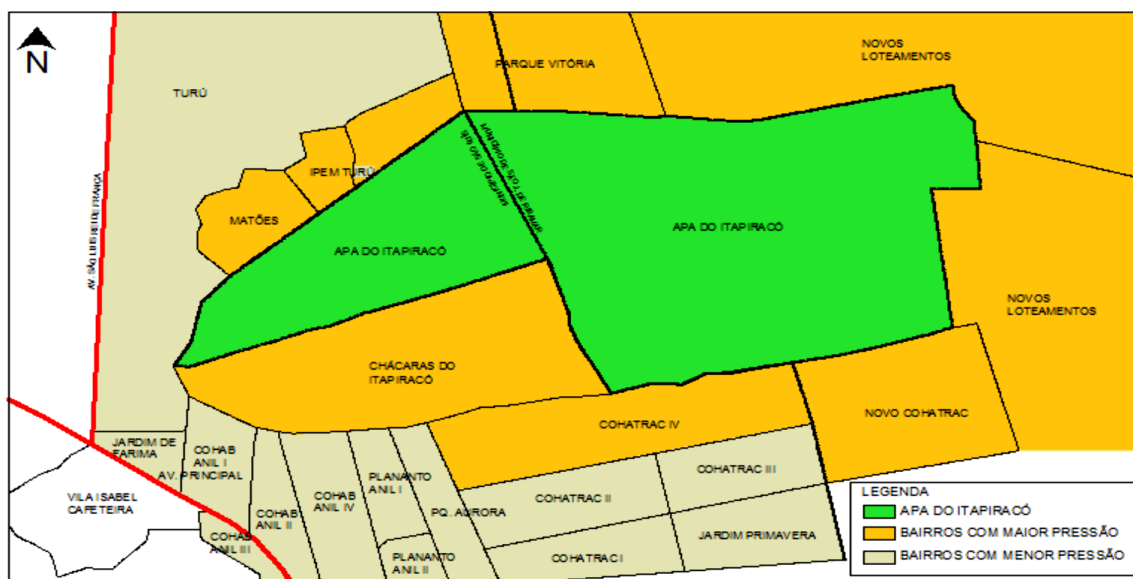
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 05- Bairros do entorno imediato da APA do Itapiracó. Destaque para os que exercem maior pressão de crescimento em direção a UC.



Fonte: Plano de Manejo da APA do Itapiracó, 2006, p.18.

Dentro das dimensões da APA se encontra a comunidade do Itapiracó, com mais de quarenta famílias que mantêm vínculo com essa área de proteção e se sentem parte do local em que produzem e reproduzem suas práticas cotidianas, os moradores não contam com uma estrutura de saneamento adequada, e o descarte do lixo é realizado quando os moradores o depositam em contêiner da coleta municipal ou através de pequenas queimadas nos fundos das residências, mesmo com a presença do batalhão ambiental há pequenos espaços abertos na APA que de acordo com os oficiais do batalhão são usados para consumo de drogas, em certos trechos próximos a comunidade existem alguns espaços como campos de futebol improvisados. Alguns focos de lixo podem ser verificados dentro da APA e em seu entorno, é provável que isso aconteça por conta de sua zona de amortecimento sofrer forte pressão urbana.

A APA do Itapiracó veio passando por alterações nestes últimos anos, com maior precisão pode-se dizer que no ano de 2015, pois a SEMA iniciou a construção de um complexo ambiental, as intervenções se tornaram mais evidentes e as obras foram acontecendo de forma mais acelerada. A



APA teve seu principal caminho de acesso totalmente asfaltado, como pode ser observado comparativamente nas figuras 06, o que propiciou maior prática de ciclismo, patinação, corrida e caminhada, construíram ainda, espaços destinados a práticas esportivas como o skatismo e futebol. O projeto da SEMA pretende construir 16 praças, trilhas ecológicas, lago, quadra poliesportiva, campo de futebol e postos médicos e policiais, como apresentado na placa ilustrada na figura 07. Faz parte da obra, a construção do prédio sede da SEMA que decidiu estabelecer-se nessa região, sobre justificativa de intensificação de proteção do espaço.

Figura 06- Principal caminho de acesso a APA do Itapiracó antes e depois das obras da SEMA.



Fonte: Joallysson Bayma, Grupo Cidade, Território e Meio Ambiente. (CITEMA)



Figura 07- Placa com as alterações que serão realizadas na APA do Itapiracó.



Fonte: Joallysson Bayma, Grupo Cidade, Território e Meio Ambiente. (CITEMA)

O vínculo da comunidade foi sendo construído com a área do Itapiracó através de um dos principais usos, o de moradia. Nesse sentido, o Itapiracó possui para os sujeitos de sua comunidade, um sentido de casa, um local em que encontram e reencontram parentes, em que os mais velhos relembram o processo de formação da comunidade, e os mais novos as histórias de infância que viveram na APA do Itapiracó. A área é vista como ponto de partida da história dos sujeitos que formaram e cresceram na comunidade, uma chance de nova oportunidade para aqueles que migravam do interior do Maranhão para a capital, buscando oportunidades melhores para alimentar seus filhos e manter suas famílias. Embora na APA não se possa fazer grandes plantações e linhas de roça, a área possui grande número de árvores frutíferas, e na época em que a comunidade foi se formando era um campo experimental de mudas do ministério da agricultura. Essas duas características favoreciam a manutenção desses sujeitos nessa área, e após a transformação da área em APA o vínculo da comunidade com área já estava estabelecido, e certo número dos moradores mantinham atividades geradores de renda fora da área da APA.



V. Conclusiones

As Áreas de Proteção Ambiental na Cidade de São Luís são instrumentos de conservação da natureza regional e analisá-las fez parte de um trabalho intelectual e pratico que emprega a percepção de que o lugar e os comportamentos relacionais são ditames de modelagem do espaço natural, em outros termos, os indivíduos geram com seus respectivos espaços de reprodução e manutenção da vida, laços de construção e adaptação que estabelecem um sentimento de pertencimento. As estratégias de manutenção dos lugares e de suas riquezas naturais se expressam através de medidas como a criação de APAS e outros esquemas. Suas finalidades e objetivos visam além da conservação, o desenvolvimento de atividades educativas, de conscientização e sensibilização, a questão da conservação ambiental é parte de uma complexa mudança comportamental, e de outra lógica que percebe a natureza com a ótica de que suas características são parte da produção das formas de vida e não um mero instrumento para essa produção.

O envolvimento dos sujeitos que possuem relação com espaço adentra o campo político por meio da força conceitual e social da Comunidade, que possibilita uma mobilização e desenvolvimento de discussões socioambientais, que pautam de forma primordial a participação dos sujeitos que residem nos espaços de conservação como algo de relevância, pois esses lugares representam o espaço natural de desempenho de práticas laborais e também simbólicas de suas respectivas comunidades, esse elemento enfatiza a importância de participação social no planejamento ou ações de intervenções nos espaços urbanos e nas práticas de conservação da natureza dentro do espaço da cidade. Essa reflexão revela como o espaço é construído por interesses sociais que disputam por meio de suas representações de cidade e natureza para que as intervenções atendam a necessidade dos que interagem e articulam suas práticas direta ou indiretamente com os espaços ambientais presentes na cidade de São Luís.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- Acsehrad, H. (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relúme Dumrá.
- Acsehrad, H. (2009). *A Duração das Cidades: Sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Brasil. (2002). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: Ministerio do Meio Ambiente.
- Lefebvre, H. (1991). *O Direito a Cidade*. São Paulo: Moraes.
- Leff, E. (2002). *La Transición hacia el desarrollo sustentable: perspectiva de América Latina y Caribe*. México: PNUMA.
- Leff, E. (2004). *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. (2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, R. M. (2008). *Conflitos Socioambientais Urbanos: O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí*. São Luís: UEMA.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, M. (2005). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: USP.
- Swyngendouw, E. (2009). A cidade como um Híbrido: Natureza, sociedade e "Urbanização Ciborgue". Em H. Acsehrad, *A duração das Cidades: Sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Whitehead, A. (1993). *O conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes.